

# O Plano de Estudos Dirigidos como orientador do trabalho pedagógico durante a pandemia na rede municipal de Londrina, PR

*The Study Plan Directed as a guideline for pedagogical work during the pandemic in the municipal network of Londrina, PR*

*Plan de Estudio Dirigido como orientación para el trabajo pedagógico durante la pandemia en la red municipal de Londrina, PR*

Simone Burioli Ivashita\*

Francielle Nascimento Merett\*\*

Nathalia Martins Beleze\*\*\*

## Resumo

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus em âmbito nacional, diferentes esferas e instituições precisaram repensar suas formas de atuação na sociedade, inclusive a educação. Com o fechamento das escolas em diversas cidades brasileiras, houve a necessidade de uma reorganização do trabalho pedagógico, a fim de garantir, ainda que de forma remota, o direito à educação. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é apresentar e refletir como a rede municipal de educação de Londrina, no norte do Paraná, organizou-se em relação às aulas em formato remoto. Utilizamos como fonte o Plano de Estudos Dirigidos (PED), que é similar ao plano de aula, pensado e planejado pelo professor e enviado aos alunos e às famílias, constituindo-se como o guia para o trabalho pedagógico de professores e professoras, e uma breve análise do documento “Boas práticas pedagógicas”. O estudo proporcionou reflexões sobre o PED, no sentido de que se trata de uma possibilidade de sistematização e transmissão dos conteúdos durante a pandemia, a qual intenta assegurar o direito à educação, bem como o vínculo do aluno com as atividades escolares, de forma mediada pelo professor.

*Palavras-chave:* trabalho pedagógico; educação na pandemia; educação básica; trabalho docente.

Recebido em: 30/10/2020 – Aprovado em: 10/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.11799>

\* Pedagoga com mestrado e doutorado em Educação. Professora adjunta do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8766-8331>. E-mail: [si.ivashita@gmail.com](mailto:si.ivashita@gmail.com)

\*\* Pedagoga. Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Professora dos anos iniciais do ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Londrina. Professora colaboradora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9202-9713>. E-mail: [francielle1024@hotmail.com](mailto:francielle1024@hotmail.com)

\*\*\* Pedagoga. Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Professora da educação infantil da Prefeitura Municipal de Londrina. Professora colaboradora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7203-5005>. E-mail: [nathaliarmartins92@hotmail.com](mailto:nathaliarmartins92@hotmail.com)

## Abstract

With the advancement of the new Coronavirus pandemic nationwide, different spheres and institutions had to rethink their ways of operating in society, including education. With the closure of schools in several Brazilian cities, there was a need for a reorganization of pedagogical work, in order to guarantee, even if remotely, the right to education. Given this scenario, the objective of this study is to present and reflect how the Municipal Education Network of Londrina, in the north of Paraná, was organized in relation to the classes in remote format. We use the Directed Studies Plan (PED) as a source, which is similar to the lesson plan, thinking and planned by the teacher and sent to students and families, constituting itself as the guide for the pedagogical work of teachers and a brief analysis of the document "Good Pedagogical Practices". The study provided reflections on PED, in the sense that, it is a possibility of systematization and transmission of content during the pandemic, which aims to ensure the right to education, as well as the student's link with school activities, mediated by the teacher.

*Keywords:* pedagogical work; pandemic education; basic education; teaching work.

## Resumen

Con el avance de la nueva pandemia de Coronavirus a nivel nacional, diferentes ámbitos e instituciones tuvieron que repensar sus formas de operar en la sociedad, incluida la educación. Con el cierre de escuelas en varias ciudades brasileñas, surgió la necesidad de una reorganización del trabajo pedagógico, a fin de garantizar, aunque sea remotamente, el derecho a la educación. Ante este escenario, el objetivo de este estudio es presentar y reflejar cómo se organizó la Red Municipal de Educación de Londrina, en el norte de Paraná, en relación a las clases en formato remoto. Utilizamos como fuente el Plan de Estudios Dirigidos (PED), que es similar al plan de lecciones, pensado y planificado por el docente y enviado a los estudiantes y familias, constituyéndose como la guía para el trabajo pedagógico de los docentes y un breve análisis del documento "Buenas Prácticas Pedagógicas". El estudio brindó reflexiones sobre los PED, en el sentido de que, es una posibilidad de sistematización y transmisión de contenidos durante la pandemia, que tiene como objetivo garantizar el derecho a la educación, así como el vínculo del estudiante con las actividades escolares, mediado por el profesor.

*Palabras clave:* trabajo pedagógico; educación pandémica; educación básica; trabajo docente.

## Introdução

Vivemos tempos difíceis. É de conhecimento da população o grande mal que assola a humanidade no ano de 2020, ano que ficará marcado na história pela pandemia de Covid-19, a qual, descrita inicialmente na China, tomou o mundo e já infectou mais de 11 milhões de pessoas no globo, levando a óbito mais de um milhão de pessoas. Hoje o Brasil é o terceiro país do mundo em número de casos e o segundo em número de óbitos. Contamos com mais de 5,49 milhões de casos confirmados e mais de 159 mil óbitos, atrás apenas dos EUA, com 234 mil mortos.

O estado do Paraná tem se mostrado firme nas medidas sanitárias visando o combate à disseminação do novo coronavírus. Em dados, enquanto a incidência nacional é de 2.614,5 infectados por 100 mil habitantes, o Paraná registra incidência de 1.853 infectados por 100 mil habitantes<sup>1</sup>. Esse feito só foi possível por meio

da implementação precoce de medidas de isolamento social, restrição do fluxo de pessoas e intervenções sanitárias apropriadas. Visto isso, são fundamentais a permanência e a vigilância no cumprimento de tais medidas, com intuito de manter a taxa de incidência baixa para evitar prejuízos ainda maiores na economia, na educação e, principalmente, no número de vidas perdidas.

Esse contexto modificou a forma de viver e conviver em sociedade, evidenciando uma crise na saúde, na economia e também no sistema educacional, afetando toda a humanidade, enaltecendo fragilidades que já eram intrínsecas à sociedade e impondo novos desafios que necessitam de reinvenção de modelos já conhecidos. Assim, desde o momento em que o primeiro caso foi confirmado no Brasil (RODRIGUEZ-MORALES *et al.*, 2020), houve uma mobilização, principalmente dos pais e professores, sobre a condição em que crianças e jovens permaneceram afastadas do espaço escolar; alguns meses se passaram e a decisão de permanecer de forma remota aponta que o retorno, quando for proposto, deve ser feito de forma organizada e cautelosa, considerando as orientações em relação às medidas sanitárias.

O futuro retorno também precisa apontar a necessidade de o Ministério da Educação, as secretarias destinadas, as equipes gestoras e o grupo de professores pensarem sobre a reorganização do trabalho pedagógico, com intuito de retomar conteúdos e reorganizar espaços e tempos de acolhida aliados ao acompanhamento devido, para que as crianças tenham maiores aproveitamento e desenvolvimento, ressaltando que tanto a equipe da escola como os alunos não estão retornando das férias, mas de um momento de medo generalizado.

No início da pandemia, em artigo publicado dia 1º de abril de 2020, a Unesco (2020) informava que 165 países já haviam fechado suas escolas, deixando 87% dos alunos sem aula em todo o mundo, cerca de 1 bilhão e meio de estudantes. Esse número atingiu sua totalidade com o avanço da contaminação, agravando a situação global. Naquele momento, estávamos apenas iniciando o ano letivo e encaramos a situação como provisória, na esperança de um retorno rápido, o que sabemos que não aconteceu.

Compreendemos que as escolas têm um papel fundamental não só na instrução de crianças e jovens, mas também na configuração de um espaço de socialização, de proteção contra a violência e de garantia de direitos básicos, como alimentação e cuidado de crianças e jovens. Com o fechamento das escolas, houve, de certa forma, a retirada desses direitos das crianças e, com o avanço da pandemia, foi necessário repensar as formas de ensinar e aprender, para garantir que fossem mantidos a oferta de instrução e o vínculo com os alunos e as famílias.

Diante desse cenário, nosso objetivo neste texto é apresentar e refletir como a rede de educação municipal de Londrina está enfrentando as aulas em formato remoto. Utilizamos como fonte de produção de dados o Plano de Estudos Dirigidos (PED), que é um documento orientador do trabalho pedagógico de professores e professoras.

## A escola está fechada, e agora?

Os desafios enfrentados pela sociedade, no cenário pandêmico, foram catalisados na escola e também na prática docente, a qual precisou ser reinventada completamente, transformando a maneira como os educadores veem o processo de ensino-aprendizagem, com o agravante de ter que realizar tudo isso em um curto espaço de tempo, já que a pandemia da Covid-19 assolou o mundo em uma velocidade descontrolada. Os desafios docentes são inúmeros e foi necessário um preparo para alcançar o(a) aluno(a) de forma virtual, considerando todas as dificuldades de acesso, e isso se refletiu no entendimento do processo de ensino-aprendizagem em tempos de isolamento social.

Entendemos o professor na mesma perspectiva que o pesquisador português António Nóvoa (1995), como sendo um profissional que incorpora ao menos três dimensões indissociáveis: a pessoal, a profissional e a organizacional, dimensões estas que ficam manifestas com maior ênfase neste período de pandemia. A docência é composta de muitas ações complexas que não se restringem à sala de aula, extrapolando inclusive o espaço escolar. Na configuração atual, o espaço doméstico se transformou também em um espaço educativo.

Na educação brasileira, da educação infantil ao ensino superior, as instituições estão fechadas. As indicações do governo foram a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020c), e a Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), dispensando, em caráter excepcional, a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar e possibilitando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, a princípio autorizadas pelo período de trinta dias, situação que foi prorrogada posteriormente. Assim:

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino [...] (BRASIL, 2002a, não paginado, Art.1).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu, em abril de 2020, o Parecer n. 5, acerca da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da pandemia de Covid-19. Como podemos verificar: “É importante que as escolas e sistemas de ensino planejem cuidadosamente o retorno às aulas considerando o contexto bastante adverso do período de isolamento social e mantenham um sistema de comunicação permanente com as famílias” (BRASIL, 2020b, não paginado).

Há algumas críticas a esse parecer do CNE, segundo Mascarenhas e Franco (2020, p. 2), que apontam o documento como uma forma de priorizar o cumprimento do calendário escolar, “sem aprofundar as especificidades e desigualdades presentes nas diversas regiões do país, desconsiderando a função social da escola e, ainda, sem a problematização do processo de ensino e aprendizagem no contexto não presencial”.

Após o fechamento das escolas, alguns desafios foram se apresentando no processo de retorno às aulas de forma remota; primeiro, professores, estudantes e pais de alunos tiveram que se mobilizar para adquirir ferramentas, materiais e metodologias para implementar uma nova forma de ensinar e aprender, tal situação nos remete à problematização a respeito do processo de definir artefatos e estratégias, com pouca conotação epistemológica e congruência com o cotidiano. Além da organização desses espaços domésticos para o estudo, visto que nem sempre é possível obter um local e condições adequadas para o estudo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativa ao ano de 2018 aponta que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, considerando números totais, são cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam as redes. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chegando a 53,5%, enquanto em áreas urbanas é 20,6% (TAKORNIA, 2020). Esses dados são alarmantes quando pensamos na demanda de uma educação que está acontecendo por meio de tecnologias digitais, visto que a desigualdade coloca em detrimento novamente os menos favorecidos em uma sociedade demarcada pela exclusão. Portanto, uma ponderação importante e fundamental neste momento é o acesso às tecnologias digitais tanto pelos professores quanto pelos alunos. Para além do acesso, o grande desafio está na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs), pois isso exige a reinvenção dos protagonistas no processo de ensino-aprendizagem. É visível que algumas mudanças já aconteceram, por exem-

plo, uma maior interação entre família e escola, um contato frequente entre pais e professores, um acompanhamento mais de perto, por parte dos pais, de todas as atividades realizadas pelas crianças e pelos jovens, a centralização do estudante na sua própria formação, estimulando a autonomia e a emancipação.

Todavia, esses elementos relatam a realidade de alunos e alunas que têm acesso às tecnologias digitais e, assim, são privilegiados, porém, há outra realidade, os alunos que não têm o acesso. E como a escola tem agido diante dessa contradição? Considerando a realidade em que se encontram alunos e alunas que não têm acesso às tecnologias digitais, precisamos enfatizar que, neste momento e nestas condições, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não está sendo cumprido, pois negligencia que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidade e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2005, p. 31).

Os professores não têm nenhum meio de interação com os alunos há meses, apenas enviam materiais, “atividades” para serem executadas junto à família. Tal situação se equipara com o que Freire (2006) nomeou de “expulsão escolar”, que se configura aliada à educação bancária de “depósito de conhecimentos”, desconsiderando que o educando é um ser histórico e tem suas experiências, configurando essa situação em uma injustiça e uma exclusão que precisa, do ponto de vista ético, causar indignação e atitude de mudança.

Ao olharmos para a educação nesse contexto histórico-social, ressalta-se que, desde a sua origem até a contemporaneidade, ela se apresenta como um campo controverso, por isso, o diálogo entre as práticas educativas é essencial para configurar o espaço de aprendizagem tensionado à realidade. Logo, as ações pedagógicas não dizem respeito somente aos professores, mas também aos estudantes, à direção escolar e à comunidade, pois envolve a ação e a reflexão de um percurso que os submerge.

Com o fechamento das escolas e universidades, houve uma mudança no ambiente destinado ao ensino e à aprendizagem, estendendo-se ao contexto familiar, com um cenário abruptamente comprometido. Para além de repensar a organização do ensino, foi preciso pensar no novo espaço destinado a isso. Assim, foi necessário repensar a organização do trabalho docente, indicando as necessidades de novas práticas que deveriam ser acrescidas aos saberes docentes para uma tentativa de garantir o direito à educação, mesmo diante do panorama de isolamento social. Esse cenário trouxe à baila muitas discussões referentes à nossa forma de fazer educação até então, retomando a ideia de que o espaço escolar não se restrin-

ge apenas a transmitir os conhecimentos historicamente acumulados, ele inspira um desenvolvimento mais global dos estudantes, todo um processo de socialização, que, neste momento, fica restrito ao ambiente doméstico.

No início dessas medidas, o sentimento ingênuo era de provisoriedade na perspectiva de um retorno rápido, com o passar do tempo, foi-se percebendo que seria necessário repensar toda a forma de ensinar, porque a realidade do ensino remoto iria perdurar por muito tempo além do previsto. A partir de então, as escolas, os professores e os gestores começaram a pensar em estratégias didático-pedagógicas para a retomada das aulas em um novo formato.

As estratégias de ensino remoto são importantes para a redução dos efeitos negativos do distanciamento, mas as evidências em relação à participação e ao desenvolvimento das propostas indicam que lacunas de diversas naturezas serão criadas sem a interação presencial, visto que a utilização de tecnologias digitais, materiais impressos ou, ainda, *kits* destinados à elaboração das atividades não garante que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma satisfatória. É preciso reinventar-se, pois esse percurso requer protagonismo e autonomia por parte de professores e alunos, já que se trata de uma situação frágil pensando nas múltiplas realidades que perpassam as modalidades e as etapas de ensino.

Assim, apresentamos e refletimos as possibilidades de organização do trabalho docente no município de Londrina, indicando um caminho possível para o retorno remoto, considerando todas as lacunas indicadas anteriormente.

## Caracterização da rede municipal de Londrina

A cidade de Londrina está localizada na região norte do estado do Paraná e sua rede municipal de educação dispõe de 120 unidades escolares, distribuídas em: 74 unidades escolares na zona urbana e 13 na zona rural; e 33 centros de educação infantil. Trata-se de um Sistema Municipal de Educação, criado na cidade em dezembro de 2002, o que significa que o município tem autonomia para desenvolver a educação de acordo com os princípios e as regras discutidos pela comunidade e por meio de seus representantes no Conselho Municipal de Educação.

Vale salientar que as ações atendem as especificidades do município, discutidas e definidas no Conselho Municipal de Educação, contudo, têm como base as normas nacionais. Fazem parte do Sistema Municipal de Educação todas as escolas municipais e todas as escolas de educação infantil do município (públicas e privadas). Sendo assim, além das 120 municipais já citadas, há 53 centros de educação infantil

filantrópicos (conveniados); 125 centros de educação infantil particulares; 41 escolas com atendimento de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e 7 entidades filantrópicas de educação especial; totalizando 346 instituições escolares que atendem o município de Londrina e que vêm enfrentando essa situação de retorno remoto.

## Plano de Estudos Dirigidos

Diante da pandemia do novo coronavírus, todas as esferas da sociedade, como os setores de prestação de serviço, comércio, alimentação, saúde, etc., precisaram replanejar suas ações de forma aligeirada, visto que, por cuidados com a vida, novas formas de atender o público e desenvolver o trabalho foram exigidas. O mesmo ocorreu com a educação, sendo necessária, em nível nacional, uma reorganização do trabalho pedagógico em todas as etapas da educação básica e no ensino superior.

Na rede municipal de Londrina, a partir do dia 17 de março, as instituições de educação infantil, ensino fundamental e EJA entraram em quarentena. O fechamento das escolas ocorreu por meio do Decreto n. 334, de 17 de março de 2020, e por meio da Portaria n. 36, de 15 de abril de 2020, foi constituído um comitê para análise dos encaminhamentos pedagógicos das instituições escolares da Rede Municipal de Ensino de Londrina durante a pandemia da Covid-19, pois foi preciso repensar e planejar o trabalho educativo, de acordo com a nova realidade, que separou fisicamente professor e aluno e que limitou os encontros pedagógicos.

As discussões do referido comitê resultaram na Resolução n. 25, de 27 de maio de 2020, a qual orientou todas as unidades escolares da rede sobre o desenvolvimento das atividades não presenciais, em caráter de excepcionalidade, enquanto forem tomadas as medidas de distanciamento social devido à pandemia. Foi esse documento que regulamentou o Plano de Estudos Dirigidos (PED):

Art. 1º - Estabelecer regime especial de atividades escolares não presenciais, organizado pelo Plano de Estudos Dirigidos – PED, para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Londrina, em todas as etapas e modalidades ofertadas, durante o período em que vigorarem a suspensão das aulas presenciais e as medidas de isolamento social, decorrentes da excepcionalidade em função da pandemia do Novo Coronavírus (COVID19) (LONDRINA, 2020a, p. 2).

De acordo com o Guia de orientações, o PED tem como objetivo assegurar o vínculo do aluno da educação básica com as atividades escolares. O documento ressalta que tais medidas de cunho pedagógico não consistem na modalidade de ensino a distância (EaD), mas de uma alternativa, ou seja, uma estratégia pedagó-

gica adotada com o intuito de assegurar às crianças o direito à educação durante o distanciamento social (LONDRINA, 2020a). O documento também pontua que não se trata da substituição das aulas presenciais por aulas remotas, mas de uma nova organização pedagógica diante das necessidades de garantir o acesso à educação em meio a uma crise de saúde pública.

Sobre os conteúdos, outro documento sobre o PED elaborado pela rede afirma que as aulas ministradas durante a pandemia têm como objetivo principal:

[...] consolidar aprendizagens iniciadas neste ano letivo, bem como, retomar conteúdos em Língua Portuguesa e Matemática aprendidos ao longo da escolaridade, sem avançar em conteúdos novos nesses dois componentes curriculares. Entretanto, avançaremos nos estudos em Ciências, História e Geografia, pois os conteúdos desses componentes curriculares estão relacionados às necessidades da vida cotidiana, problematizando a realidade do aluno e proporcionando experiências de aprendizagem importantes nesse momento de pandemia (LONDRINA, 2020c, p. 1).

Portanto, o avanço ou não para cada ano escolar (1º ao 5º) em relação aos conteúdos ficou organizado dessa forma. Lembrando que se trata de uma perspectiva integradora dos componentes curriculares, ou seja, os conteúdos de Ensino Religioso, Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e Matemática foram estruturados a partir de pontos de integração entre Ciências, História e Geografia e organizados em trimestres.

Para apresentar o PED aos professores das unidades escolares da cidade, foram realizadas práticas pedagógicas por videochamadas, com a mediação da coordenação pedagógica de cada unidade. Assim, todos os profissionais foram orientados sobre os objetivos desse recurso e como elaborá-lo. A estrutura do PED, incluindo seus elementos pedagógicos, é similar ao plano de aula. De acordo com o artigo 5º da Resolução n. 25/2020:

Para efeito da elaboração das aulas remotas, o planejamento do professor deverá conter: I - Objetivos de aprendizagem do conteúdo; II - Estratégias, práticas pedagógicas ou ferramentas não presenciais a serem utilizadas; III - Tempo estimado (carga horária) e; IV - Formas de registros para acompanhamento da aprendizagem (LONDRINA, 2020d, p. 5).

Esses itens foram colocados no PED em formato de pergunta, sendo: o que vamos aprender hoje? Para que vamos estudar esses conteúdos? Como vamos estudar esses conteúdos? De que forma vamos registrar o que aprendemos? Cada um desses elementos se assemelha aos que constituem o plano de aula, optou-se por questões com a finalidade de deixar mais compreensível para os alunos e a família.

Na primeira pergunta (o que vamos aprender hoje?), o professor deve mencionar qual o conteúdo a ser trabalhado no dia. Na segunda pergunta (para que vamos

estudar esses conteúdos?), devem ser descritos os objetivos de aprendizagem. Vale ressaltar que todos os conteúdos e objetivos são retirados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com a pandemia e a mudança no calendário escolar, a rede municipal de Londrina compilou os objetivos da BNCC e denominou de objetivos essenciais de aprendizagem.

Diante disso, revela-se a reflexão: cabe à escola, neste momento, provar que suas estruturas não são tão rígidas e que a palavra de ordem é a flexibilidade, por meio de projetos adaptados à situação, envolvendo bons livros, filmes, situações de aprendizagem vinculadas à experiência social de isolamento e enfrentamento de uma pandemia mundial, questões que independem de um currículo rígido, demonstrando às escolas que os desafios às crianças são de outra ordem.

A questão que compõe o terceiro elemento do PED é: como vamos estudar esses conteúdos? Trata-se da metodologia, da descrição de como vai ser a aula, como o professor instrumentaliza o conteúdo, ou seja, de que maneira serão viabilizados o ensino e a aprendizagem. Nesse momento do PED, a aula é detalhada e explicada, por exemplo, deve-se mencionar quais páginas do livro didático serão utilizadas para estudo, qual música, poema ou livro, quais vídeos os alunos devem assistir, como pode ser a participação dos pais em cada etapa etc. Tal cenário foi previsto pelo artigo 5 da Resolução n. 25/2020.

§ 2º - As estratégias, práticas pedagógicas ou ferramentas não presenciais a serem utilizadas constituem-se na forma como o professor pretende realizar as atividades, a fim de que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, outros meios digitais ou que viabilizem a realização das atividades por parte dos alunos, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa. Podem ser considerados aqui materiais didáticos e/ou orientações na forma impressa para dirigir a aprendizagem de alunos que porventura não possuam acesso às ferramentas digitais (LONDRINA, 2020d, p. 5).

O último elemento do PED é constituído pela pergunta: de que forma vamos registrar o que aprendemos? Trata-se do momento em que o aluno vai registrar sua síntese, ou seja, o que aprendeu. Com as aulas remotas, as formas de registros foram ampliadas. Permaneceram as páginas do livro, as interpretações de textos e outras atividades prontas, no entanto, foram acrescentadas gravações de áudio e vídeo e fotografias.

Uma questão importante que precisa ser ressaltada é a carga horária destinada à realização das atividades escolares pelos alunos e por suas famílias. No PED, consta que cada aula equivale a 4 horas, sendo assim uma forma de definir o tempo de realização das atividades por meio da aplicação de metodologias ou

práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologia para o alcance dos objetivos de aprendizagem. Devemos considerar que as atividades no formato remoto podem ser realizadas de forma síncrona ou assíncrona, a primeira acontece com a comunicação entre alunos e professores em tempo real, no horário em que a aula acontece na escola em que o aluno está matriculado; na segunda, as partes podem acessar o material em momentos distintos.

Também foi necessário considerar que o tempo não é o mesmo, pois:

Na escola, os espaços utilizados são organizados para o atendimento e, além disso, a instituição dispõe de recursos variados, tempo destinado a situações diversas (hora do conto, aulas de educação física, atividades do Programa Vida, participação em sala multimídia, e recreio dentre outras). [...]. Durante as aulas, a realização das atividades ocorre imersas a outras situações escolares: há interação entre alunos, atividades em grupos, explicações coletivas, correções e atendimentos individuais, enfim, uma multiplicidade de ações que fazem parte da rotina escolar. Nesta perspectiva, o tempo e o espaço escolar constituem elementos mediadores do processo ensino-aprendizagem (LONDRINA, 2020b, p. 6-7).

Portanto, a carga horária é apenas uma forma de organizar o trabalho escolar, para que os objetivos da aprendizagem sejam alcançados. Ela deve ser considerada no todo do processo, e não apenas nos momentos síncronos. É indispensável lembrar que o tempo para o aluno realizar as atividades e produzir conhecimento a distância, ou seja, sem orientação e presença do docente, é absolutamente hipotético, devido a infinitas variáveis, alerta preconizado pelas indicações do PED que enfatiza o interesse maior na qualidade das propostas de atividades, e não na quantidade.

O papel do professor foi adaptado, ele ainda tem a função de mediar o processo, mas o acompanhamento do aluno acontece de forma diferente do que aconteceria presencialmente. Para Libâneo (2014), o papel do professor é mediar a relação ativa do aluno com a matéria, considerando o conhecimento, a experiência e também o significado que ele traz à sala de aula, à sua capacidade cognitiva e ao seu interesse. No formato remoto, o monitoramento do aluno durante o PED pode ocorrer por meio de verificação de acesso e comunicação com a família e/ou aluno no aplicativo WhatsApp, com ou sem imagem, áudio ou vídeo do registro no livro, caderno e/ou atividades impressas. Os professores preenchem planilhas de monitoramento, assim, a coordenação de cada unidade escolar tem acesso a todas as turmas, verificando quais alunos estão realizando as atividades e quais não estão.

A partir da análise de quais alunos estão ou não realizando as atividades, é feito o contato com as famílias com intuito de manter o vínculo e perceber se há dificuldade em relação às atividades e o que a escola pode fazer para amenizar a ausência do envio de atividades. Lembrando que os materiais concretos, como ati-

vidades e livros, são entregues às famílias na escola, em diferentes períodos, para que todos os professores de cada turma tenham acesso ao que as crianças estão realizando, bem como suas aprendizagens, de acordo com os objetivos de cada aula.

Diante dessa realidade, a inquietação de muitos professores e das famílias foi: de que maneira será feita a avaliação, se o professor não esteve presencialmente com o aluno? Os alunos maiores não farão provas? O acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio dos registros enviados digitalmente e também pela correção dos materiais didáticos em sua forma concreta. Dessa forma, a rede municipal de Londrina determinou que, neste ano, a avaliação da aprendizagem ocorrerá por meio de pareceres descritivos.

No documento denominado “Como fica a avaliação em tempos de pandemia”, foi explicitado que: “a SME irá adotar o parecer descritivo sem o objetivo de avaliar o desenvolvimento, ou seja, nele irá constar a descrição de como foi esse processo de ensino e aprendizagem por meio da atividade remota” (LONDRINA, 2020a, p. 16). Sendo assim, os professores deverão elaborar um parecer para cada aluno, da sua respectiva turma, descrevendo se os objetivos de aprendizagem foram alcançados. Ele terá como base para essa elaboração os registros de monitoramento, os cadernos e os livros entregues pela família na escola e os materiais (fotos, áudios e vídeos) enviados via WhatsApp. No caso dos alunos que não realizarem as atividades, a gestão escolar deverá tomar as devidas providências, no intuito de garantir que eles tenham acesso à educação. Como prevê a Resolução n. 25, no artigo 5:

§ 6º - Quando comprovada a não realização das atividades, seja por dificuldade de acesso, por falta de conectividade ou por qualquer outra situação, cabe à unidade escolar entrar em contato com a família e sugerir outras possibilidades para a aprendizagem, inclusive a possibilidade de convocar a criança, de forma presencial, para atendimento individual (LONDRINA, 2020d, p. 6).

Portanto, cabe a cada unidade escolar providenciar meios para auxiliar os alunos que, por algum motivo, não buscaram os materiais ou não estão conseguindo ter acesso às aulas remotas. Para tanto, há uma equipe de mediadores escolares disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, que são profissionais responsáveis por mediar as atividades escolares e os alunos com dificuldades de acesso. Conforme o Guia do PED:

Os alunos que apresentam dificuldades de conectividade com a rede de internet, o que inviabiliza o acesso às formas virtuais, estão sendo atendidos somente com material impresso, seja com atividades específicas, ou o uso dos livros e cadernos (LONDRINA, 2020b, p. 13).

Também está previsto no Guia que os alunos que por alguma justificativa não participarem das atividades do PED, quando houver o retorno das aulas presenciais, serão inseridos em atendimentos de Plano de Recuperação Paralela e/ou no PIAPC. Também é mencionado pelo documento que será realizada uma avaliação diagnóstica, a fim de

[...] identificar se os conhecimentos essenciais definidos por meio das expectativas de aprendizagem para esse período foram consolidados pelos alunos. Os resultados subsidiarão o ingresso dos alunos com defasagens nos planos de atendimentos citados (LONDRINA, 2020b, p. 16).

Ao analisar a estrutura desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Londrina, é possível perceber a preocupação em relação à organização do PED, em especial no que diz respeito ao apoio às famílias no acompanhamento das atividades pedagógicas dos alunos, entretanto, ressaltamos que incorremos o risco de abordagens que não condizem com a prática pedagógica necessária à apropriação dos conteúdos para o desenvolvimento dos alunos, uma vez que, na relação conteúdo e forma, a dialética entre o encadeamento das ações pressupõe o saber pedagógico. Por certo, atingir todas as famílias foge do controle da escola e das professoras, mas a ação de ir ao encontro, da forma como é possível no distanciamento social, merece ser reconhecida e valorizada, pois os laços foram estreitados a partir de grupos de WhatsApp, ligações, atividades repensadas, *kits* de materiais, tendo como pressuposto a realidade dos alunos e com intuito de superar a fragmentação, o negacionismo e a dicotomia entre família e escola.

Destacamos que os documentos são uma mostra das práticas compartilhadas, não sendo possível fazer análise das incidências do trabalho da rede como um todo. Contudo, sabemos que foi e está sendo a possibilidade pedagógica planejada e sistematizada pelos gestores da educação do município, a fim de garantir o acesso à educação, por meio do vínculo entre os alunos matriculados e as atividades escolares durante o período de isolamento social e de todas as outras medidas de caráter excepcional que afetaram a educação devido à pandemia do novo coronavírus.

## Considerações finais

Diante do cenário de pandemia, o qual trouxe significativas implicações para a organização escolar e todo o trabalho pedagógico, um novo perfil docente certamente será instituído no pós-pandemia, pois o aprendizado adquirido e as exigências por novas reformulações no seu trabalho neste período de ensino remoto podem

ter levado muitos professores a novas vivências com sua atividade de ensino e com seus alunos. Foi preciso coadunar o uso das tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem, que busca a formação de um aluno crítico e participativo, um desafio constante da profissão agravado pelo momento pandêmico.

Cada instituição de ensino, da educação básica ao ensino superior, teve que encontrar sua maneira de atuar, por meio de estratégias e alternativas mediadas pelo uso de ferramentas digitais e recursos variados. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo foi apresentar e refletir como a Rede Municipal de Educação de Londrina, no norte do Paraná, organizou-se em relação às aulas em formato remoto. Nesse município, a possibilidade organizada pelos gestores da educação foi o Plano de Estudos Dirigidos (PED).

O caminho da educação formal durante todo o ano tem sido árduo em todas as etapas, com suas ínfimas especificidades, porém, algo é comum, a tentativa de fazer o melhor diante das condições e criar novas possibilidades para a garantia do processo de ensino e aprendizagem por meio da educação. É perceptível, por meio da análise do PED, bem como dos documentos que o norteiam, a preocupação com o vínculo entre o aluno e a escola no período de isolamento, a linguagem desse planejamento que chega até as famílias, a cautela com a avaliação das crianças de todas as etapas e, principalmente, a busca por um modelo planejado que vise garantir o acesso à educação às crianças.

Em relação ao cuidado com a avaliação nesse período, é importante salientar que, além de os pareceres descritivos considerarem a ausência da mediação presencial do professor em relação às situações de aprendizagem, há menção de um documento nomeado “Plano de recuperação de conteúdos pós-pandemia”, o qual aponta que, no retorno das aulas presenciais, haverá outra reflexão que há tempos perpassa os espaços escolares, sem o devido alcance em termos práticos, que se trata da individualização do ensino e dos processos avaliativos. Afirmando a necessidade de repensarmos a avaliação das crianças, levando em consideração tudo o que as engloba e quais foram suas possibilidades de acesso e aproveitamento das atividades escolares durante o período de pandemia.

Dessa forma, o processo de construção desse novo modo de ensinar e aprender pode nos indicar um caminho de possibilidades, cercado de erros e acertos, porém, entendido como processo, uma vez que inclui inúmeros aprendizados, não somente aos professores, que reinventaram sua maneira de ensinar, mas também aos alunos, que tiveram que aprender a participar de forma mais ativa no processo

de construção do seu próprio saber, além também das famílias, que precisaram se realocar dentro de um contexto de mudanças.

Diante disso, será necessário realizar uma nova avaliação diagnóstica, buscando mensurar os efeitos do período de longo afastamento escolar, uma vez que compreendemos que, independentemente do acesso às atividades não presenciais e do suporte da família, o ano letivo será prejudicado do ponto de vista qualitativo. É indispensável, portanto, que as escolas refaçam seus planejamentos, pensando em como recuperar os alunos que tiveram prejuízos em suas aprendizagens de acordo com o ano. Além disso, é imprescindível que seja atribuído maior enfoque ao acolhimento dos alunos, destinando a eles um olhar atento, que nos possibilite, enquanto profissionais da educação, estarmos sensíveis à identificação não só dos prejuízos escolares, mas também de possíveis situações de desigualdade e vulnerabilidade, já existentes, porém, e muitas vezes negligenciadas na escola presencial, e que podem ter sido acentuadas com a pandemia.

De fato, ainda não podemos mensurar o alcance das práticas docentes no período pandêmico. Olhamos para o entorno e turvamente observamos as ações, que ora nos orgulham, ora nos assustam, ficamos maravilhadas de ver devolutivas de atividades que são compartilhadas pelas famílias e impotentes em efetivar a prática docente que habitualmente realizamos (pela tríade: forma-conteúdo-destinatário). Se, de fato, essa oferta tem sentido, é uma questão que buscamos descobrir, com olhar crítico e reflexivo.

Portanto, reconhecemos a necessidade de futuras investigações a serem realizadas pós-pandemia sobre a educação do município, numa parceria entre a universidade e a educação básica, a fim de, a partir da prática social, apontar novos caminhos para a sistematização e a efetivação de uma prática docente que considere a escola um lugar de estar junto, de transmitir e produzir conhecimentos e cultura humana, por meio da participação dos alunos, da família e de toda a equipe pedagógica e gestora, almejando o desenvolvimento humano.

## Nota

- <sup>1</sup> Dados obtidos por intermédio do monitoramento realizado pelo Ministério da Saúde em tempo real. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

## Referências

BRASIL. *Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020*. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n.13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasil, DF, 2020a. Disponível em: [www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591). Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP n. 5/2020*. Dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasil, DF, 2020b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Portaria n. 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasil, DF, 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-202-248564376>. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 6. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: [https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/estatuto\\_crianca\\_adolescente.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/estatuto_crianca_adolescente.pdf). Acesso em: 02 out. 2020.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2014.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal de Educação. *Como fica avaliação em tempos de pandemia?* Londrina, 2020a. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ousCmXBs5TK9CELNvrvBVOdi31ZBW\\_vhL/view](https://drive.google.com/file/d/1ousCmXBs5TK9CELNvrvBVOdi31ZBW_vhL/view). Acesso em: 20 out. 2020.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal de Educação. *Guia de orientações sobre o Plano de Estudos Dirigidos PED*. Londrina, 2020b. Disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br/educacao-e-a-covid-19/ped-plano-de-estudo-dirigido>. Acesso em: ago. 2020.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal de Educação. *Plano de Estudos Dirigidos – PED II*. Londrina, 2020c. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-educacao/educacao-e-a-covid-19/legislacao-17/32260-plano-estudo-dirigido-2/file>. Acesso em: 25 out. 2020.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal de Educação. *Resolução n. 25, de 27 de maio de 2020*: orienta as unidades escolares da rede municipal de ensino de Londrina sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, em caráter de excepcionalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades como prevenção e combate ao coronavírus e dá outras providências. Londrina, 2020d. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-educacao/educacao-e-a-covid-19/legislacao-17/32254-resolucao-25-comissao-ped/file>. Acesso em: 20 set. 2020.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; FRANCO, Amélia do Rosário Santoro. Reflexões pedagógicas em tempos de pandemia: análise do Parecer 05/2020. *Revista Olhar de Professor*, v. 3, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16011>. Acesso em: 24 set. 2020.

NÓVOA, António. *Os professores e sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

UNESCO. *Fechar escolas desestabilizou vida de crianças: como podemos ajudá-las a continuar aprendendo*. Abril, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-fechar-escolas-desestabilizou-a-vida-de-criancas-em-todo-o-mundo-como-podemos-ajuda-las-a-continuar-aprendendo>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RODRIGUEZ-MORALES, A. J. *et al.* COVID-19 in Latin America: the implications of the first confirmed case in Brazil. *Travel Med Infect Dis*. 2020: 101613. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7129040/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TAKORNIA, Mariana. *Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa*. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 12 dez. 2020.

WORLDOMETER, Real Time World Statistics. Pandemia de Corona Vírus- COVID-19, 2021. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/#countries>. Acesso em: 21 jul. 2021.